

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2025, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025, RETIFICADO E CONSOLIDADO.**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE CATENDE-PE**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATENDE - PE**, no uso de suas atribuições legais, em observância o Art. 37, inciso II da Constituição Federal, Comissão Especial do Concurso Público de Catende, à Lei Municipal Complementar nº 16, de 03 de novembro de 2025, à Lei Orgânica Municipal de Catende, que autoriza a realização do Concurso Público, **torna público** a realização do **Concurso Público edital nº 001/2025** para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva da Prefeitura Municipal de Catende, mediante normas e condições estabelecidas neste Edital de Abertura.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1.** O concurso público será regido por este edital, seus anexos e eventuais retificações, sendo executado por meio do Instituto de Ensino e Pesquisa do Agreste de Pernambuco – IEP, em conjunto com a Prefeitura de Catende/PE.
- 1.2. A seleção para os cargos previstos neste Edital compreenderá as seguintes etapas:**
- a)** Prova Objetiva e Curso de Formação para o Cargo de Guarda Municipal;
- b)** Prova de Títulos para os cargos de Professor.
- 1.3. A inscrição do candidato implicará na concordância plena e integral com todos os termos deste edital e seus anexos.**
- 1.4.** A Prova Objetiva será realizada, preferencialmente, no Município de Catende, Palmares e Caruaru no Estado de Pernambuco.
- 1.5.** O não comparecimento às fases nas datas e horários estabelecidos em convocação, bem como o descumprimento das regras específicas de cada fase, resultará na eliminação do candidato, sem direito a nova convocação.
- 1.6.** Todas as etapas deste Concurso Público poderão ser realizadas em qualquer dia da semana, útil ou não, desde que realizada prévia convocação dos candidatos.
- 1.7.** O candidato, ao fazer sua inscrição, aceita que no dia da realização de qualquer etapa, não será permitido ao candidato entrar ou permanecer no local de prova portando arma(s), mesmo que possua o respectivo porte.
- 1.8.** Todas as datas relativas ao presente concurso público deverão ser acompanhadas pelos candidatos no “Cronograma - Anexo I” deste edital, sem prejuízo das alterações realizadas no cronograma e demais avisos publicados no site do IEP.
- 1.9.** É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento de todas as publicações relativas a este concurso público, no site <https://iepinstituto.org.br/>, não podendo por essas, a qualquer tempo ou esfera, alegar desconhecimento.
- 1.10.** Os itens deste edital, inclusive o “Cronograma - Anexo I”, poderão sofrer eventuais alterações ou atualizações enquanto não consumada a providência ou o evento que lhes disser respeito, circunstância que será publicada no site do IEP <https://iepinstituto.org.br/>, por meio de retificação do edital ou aviso.
- 1.11.** Todos os candidatos poderão ser filmados durante a aplicação das etapas do certame, para fins de registro da avaliação. A decisão sobre a realização ou não das filmagens será de exclusiva discricionariedade do IEP. As gravações eventualmente realizadas não serão fornecidas a terceiros, incluídos os próprios candidatos, em nenhuma hipótese, salvo previsão legal expressa.
- 1.10.1.** Tal vedação se justifica não apenas pela proteção ao direito de imagem, mas também pela necessidade de resguardar dados pessoais de terceiros, conforme dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018); pela preservação da segurança, da isonomia e da impessoalidade do certame; bem como pelo caráter interno e administrativo das referidas gravações, utilizadas exclusivamente para fins de controle, fiscalização e eventual apuração de ocorrências durante a realização do certame.
- 1.12.** Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital, por meio do endereço eletrônico <https://iepinstituto.org.br/> de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público e nos prazos estimados no cronograma deste Edital, contados da data de publicação. Após essa data, o prazo estará precluso.
- 1.13.** Para requerer a impugnação, o impugnante deverá efetuar cadastro no endereço eletrônico do IEP, caso não seja cadastrado.
- 1.14.** Os pedidos de impugnação serão julgados pelo IEP, não cabendo recurso administrativo sobre a decisão.
- 1.15.** As respostas às impugnações serão disponibilizadas, na área restrita do impugnante, na data prevista no

cronograma deste Edital.

1.16. Impugnações referentes à retificação deste Edital (se houver), deverão ser realizadas no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de publicação da retificação, através do site do IEP devendo indicar:

- a) O assunto deste e-mail: "Impugnação contra retificação nº ____ do Edital nº ____/____";
- b) O item/subitem do edital que será objeto de sua impugnação;
- c) Argumentação fundamentada.

1.17. Todos os questionamentos e/ou solicitações relacionados ao presente edital deverão ser encaminhados ao Serviço de Atendimento ao Candidato - SAC do IEP, por meio do Fale Conosco no site <https://iepinstituio.org.br/>.

1.18. Toda menção a horário, neste edital, terá como referência o horário oficial de Brasília-DF.

2. DOS CARGOS E VAGAS

2.1. O código do cargo, as vagas de ampla concorrência (AC), as vagas destinadas a Pessoas com Deficiência (PcD), e Cadastro de Reserva (CR), bem como a carga horária semanal e vencimento, estão descritas abaixo:

1. CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL							
Cód	Cargo	Vagas	Vagas AC*	Vagas PcD**	CH Semanal	Vencimento Base	Pré-requisito(s)
01	Auxiliar de Serviços Diversos	20 + CR 10	20	02	40H	R\$ 1.525,60	Formação: Anos iniciais do Ensino Fundamental. (5º ano)
02	Coveiro	01 + CR	01	-	40H	R\$ 1.525,60	Formação: Ensino Fundamental Completo.
03	Cozinheiro	02 + CR	02	-	40H	R\$ 1.525,60	Formação: Ensino Fundamental Completo.
04	Marendeiro (a)	15 + CR 05	15 + CR	02	40H	R\$ 1.525,60	Formação: Ensino Fundamental Completo.

2. CARGOS DE NÍVEL MÉDIO							
Cód.	Cargo	Vagas	Vagas AC	Vagas PcD	CH Semanal	Vencimento	Pré-requisito(s)
05	Agente de Contratação	01 + CR 01	01 + CR	01	30H	R\$ 3.500,00	Formação: Ensino Médio completo.
06	Auxiliar Administrativo	10 + CR 05	10	02	40 H	R\$ 1.525,60	Formação: Ensino Médio completo.

07	Eletricista	01 + CR 01	01	-	40 H	R\$ 1.525,60	Formação: Ensino Médio completo.
08	Guarda Municipal	15 + CR 05	15	02	40 H Escala de plantão	R\$ 1.525,60	Formação: Ensino Médio completo + CNH: AB
09	Motorista Transporte Escolar	05 + CR 02	05	-	40H	R\$ 1.525,60	Formação: Ensino Médio completo + CNH: D + Curso.
10	Motorista	05 + CR 03	05	-	40H	R\$ 1.525,60	Formação: Ensino Médio completo. Habilitação para a condução de veículos (categoria C).
11	Operador de Máquinas Pesadas	01 + CR	01	-	40H	R\$ 1.525,60	Formação: Ensino Médio completo, Cnh categoria E + Curso Específico.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

Cód.	Cargo	Vagas	Vagas AC	Vagas PcD	CH Semanal	Vencimento	Pré-requisito(s)
CARGO: TÉCNICO MUNICIPAL DE NÍVEL MÉDIO							
13	Técnico em Enfermagem Plantonista	05 + CR 05	05	-	24/72	Conforme a Legislação	Formação: Curso de Nível Médio ou Técnico de Nível Médio, de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe, quando se tratar de profissão regulamentada.
14	Técnico em Análise Clínicas	01 + CR 01	01	-	40 H	R\$ 1.525,60	Formação: Curso de Nível Médio ou Técnico de Nível Médio, de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe, quando se tratar de profissão regulamentada.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Cód.	Cargo	Vagas	Vagas AC	Vagas PcD	CH Semanal	Vencimento	Pré-requisito(s)
15	Advogado	02 + CR 01	02	01	40 H	R\$ 4,367,62	Formação: Curso Superior Completo em direito + Registro na OAB.

16	Analista de Controle Interno	01 + CR 01	01	01	30 H	R\$ 3.500,00	Formação: Curso de Nível Superior completo.
17	Assistente Social	02 + CR 01	01	01	30 H.	R\$ 2.500,00	Formação: Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação: registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
18	Biomédico	01 + CR	01	01	30 H	R\$ 2.500,00	Formação: Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação: registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
19	Contador	01 + CR	01	-	40 H	R\$ 3.500,00	Formação: Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação: registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
20	Dentista Ambulatorial	01 + CR	01	-	20 H	R\$ 4.229,66	Formação: Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação: registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
21	Enfermeiro Plantonista	05 + CR 02	05	-	24/72	Conforme a Legislação	Formação: Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação: registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
22	Fisioterapeuta	02 + CR 01	02	-	30H	R\$ 2.500,00	Formação: Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação: registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
23	Fonoaudiólogo	02 + CR 01	02	-	40H	R\$ 2.500,00	Formação: Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação: registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
24	Nutricionista	02 + CR 01	02	-	30H	R\$ 2.500,00	Formação: Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação: registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
25	Professor de Educ. Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental	20 + CR	20	01	30H	Conforme a Legislação vigente	Formação: Certificado do Curso Normal Médio (Magistério) Graduação em pedagogia ou Normal

							Superior.
26	Professor de Ciências	01 + CR	01	01	30H	Conforme a Legislação vigente	Formação: Ensino Superior completo na área de biologia ou química.
27	Professor de Letras	04 + CR 02	04	01	30H	Conforme a Legislação vigente	Formação: Ensino Superior completo na área.
28	Professor de educação Física	02 + CR 02	02	01	30H	Conforme a Legislação vigente	Formação: Ensino Superior completo na área.
29	Professor de Geografia	01 + CR	01	01	30H	Conforme a Legislação vigente	Formação: Ensino Superior completo na área.
30	Professor de História	01 + CR	01	01	30H	Conforme a Legislação vigente	Formação: Ensino Superior completo na área.
31	Professor de Matemática	01 + CR 01	04	-	30H	Conforme a Legislação vigente	Formação: Ensino Superior completo na área.
32	Psicólogo	01 + CR 01	01	-	30H	R\$ 2.500,00	Formação: Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação Psicologia e registro no respectivo conselho de classe.
33	Psicopedagogo	03 + CR 01	03	01	40H	Conforme a Legislação vigente	Formação: Curso de Nível Superior completo + Especialização em Psicopedagogia.
34	Terapeuta Ocupacional	02 + CR 01	02	-	30H	R\$ 2.500,00	Formação: Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe.
35	Médico Veterinário	01 + CR 01	01	-*	40H	R\$ 2.2500,00	Formação: Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação Medicina Veterinária e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.

3. DA LOTAÇÃO, DA VINCULAÇÃO E DOS VENCIMENTOS

3.1. Os valores de vencimentos e carga horária foram fixados em conformidade com a Legislação Municipal de Catende, Legislação Estadual de Pernambuco e Legislação Federal.

3.2. A lotação do candidato é de exclusiva competência da Prefeitura Municipal de Catende/PE, podendo o candidato

ser lotado em qualquer setor, caso haja demanda para o cargo contido neste Edital, considerando a necessidade de atendimento da Administração Pública.

3.3. A descrição das atribuições dos cargos consta no Anexo II deste Edital.

3.4. Os pré-requisitos serão comprovados na posse.

4. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

- a) São requisitos básicos para a investidura em cargo público de provimento efetivo,
- b) nacionalidade brasileira;
- c) gozo dos direitos políticos;
- d) regularidade com as obrigações militares e eleitorais;
- e) nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- f) idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- g) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, atestado por prévia inspeção médica oficial, na forma da lei;
- h) Não estar incompatibilizado para o serviço público em razão de penalidade sofrida.

5. DAS VAGAS RESERVADAS

5.1. Fica reservado o percentual de **5% (cinco por cento)** das vagas ofertadas inicialmente neste Certame e das que vierem a ser criadas durante o seu prazo de validade as pessoas com deficiência.

5.2. A norma do item anterior não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 5 % (cinco por cento) implique, na prática, em majoração indevida do percentual mínimo fixado. Ou seja, caso a percentual aplicado não resulte em no mínimo uma vaga, não haverá a aplicação da reserva.

5.3. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem no art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista) no art. 1º da Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021 e no art. 1º da Lei Federal nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023, Considerando a Lei nº 15.176 de 23 de julho de 2025 (Fibromialgia).

5.4. observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e na Lei Federal nº 14.768/2023 que define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva.

5.5. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a posse no cargo para o qual pretende concorrer, devendo ser observada a compatibilidade das atribuições do cargo com a deficiência.

5.5.1. Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer à modalidade das vagas reservadas.

5.6. O candidato com deficiência, que não preencher os campos específicos para indicar sua condição no ato de inscrição e não cumprir o determinado neste Edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar, posteriormente, essa condição para reivindicar, reposicionamento de classificação nos resultados e/ou na nomeação.

5.7. O deferimento das inscrições dos candidatos que optaram pela reserva de vagas estará disponível no endereço eletrônico do IEP conforme cronograma do edital.

5.8. A classificação e aprovação do candidato não garantem a ocupação da vaga reservada, devendo, ainda, quando convocado, submeter-se ao procedimento de perícia médica, conforme o caso.

5.9. O procedimento de perícia médica, terá decisão terminativa sobre a qualificação da situação do candidato optante pela reserva de vagas.

5.10. A reprovação no procedimento ou o não comparecimento ao mesmo, quando convocado, acarretarão a perda do direito às vagas reservadas.

5.11. Os candidatos optantes pela reserva de vagas concorrerão concomitantemente às vagas que lhe são reservadas e às de ampla concorrência.

5.12. O candidato cuja autodeclaração não for confirmada, sendo indeferido na reserva de vagas, concorrerá somente às vagas destinadas à ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior do certame, nota ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais fases.

5.13. Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes à confirmação em procedimentos de cotas realizadas em outros concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.

5.14. Os candidatos optantes pela reserva de vagas aprovados dentro do número de vagas oferecidas à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas.

5.15. As informações prestadas neste certame, assim como sua autodeclaração terá validade somente para este concurso

público.

5.16. Caso não haja candidatos aprovados suficientes para preencher as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação, no momento da convocação para contratação.

5.17. Ressalvadas as disposições especiais contidas neste Edital, o candidato concorrente as vagas reservadas participará deste Certame em igualdade de condições com os demais candidatos.

5.18. Na hipótese de constatação, pelos órgãos competentes, de fraude ou má-fé no procedimento de perícia médica, respeitados o contraditório e a ampla defesa, a pessoa será eliminada do certame, caso ainda esteja em andamento ou; caso a pessoa já tenha sido contratada, ficará sujeita à anulação da sua admissão ao emprego público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.19. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

6. DO PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD):

6.1. O candidato que se declarar pessoa com deficiência **deverá assinalar a opção correspondente no momento de inscrição e enviar digitalmente cópia do laudo original** contendo todas as informações solicitadas/descritas no item 6.2 e **no mesmo arquivo anexar cópia de documento de identificação válido**, conforme item 13.2 do edital. Este envio deve ser feito dentro do prazo estipulado no cronograma neste Edital, em campo específico no link de inscrição.

6.2. O laudo que caracteriza a deficiência emitido pelo profissional de saúde de nível superior com habilitação na área da deficiência declarada deverá ser preferencialmente digitado ou em letra legível e, ainda:

- a)** constar nome completo do candidato;
- b)** constar nome completo, número do registro no Conselho Profissional e assinatura do responsável pela emissão do laudo;
- c)** informar a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), bem como a causa da deficiência (se conhecida);
- d)** descrever a espécie e o grau ou nível de impedimento que caracterize a deficiência (impedimentos nas funções e estruturas do corpo);
- e)** indicar, quando for o caso, a necessidade de uso de próteses ou adaptações;
- f)** apresentar os graus de autonomia ou descrever limitações para as atividades do dia a dia e informar se há necessidade de apoio de terceiros;
- g)** no caso de pessoa com deficiência física, o candidato deverá apresentar documentação médica (atestado ou laudo ou relatório) ou laudo caracterizador de deficiência contendo uma descrição detalhada dos impedimentos físicos, que descreva as variações anatômicas e/ou funcionais e especifique as limitações funcionais para a vida diária e a necessidade do uso de apoios, como uso de próteses e/ou órteses;
- h)** no caso de deficiente auditivo, o laudo deverá vir acompanhado de exame de audiometria recente, conforme prazo estabelecido na alínea n);
- i)** no caso de pessoa com deficiência intelectual, na documentação (atestado ou laudo ou relatório) ou do laudo caracterizador de deficiência, deverá constar a data do início da doença, áreas de limitação associadas e habilidades adaptativas comprometidas, além de déficit cognitivo significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 (dezoito) anos;
- j)** para as pessoas com deficiência mental, a documentação médica (atestado ou laudo ou relatório) ou do laudo caracterizador de deficiência deverá apresentar os impedimentos nas relações interpessoais, áreas de limitação psicossocial associadas e habilidades adaptativas comprometidas, se possível informando o diagnóstico de base e tratamentos em curso;
- k)** no caso de deficiente visual, o laudo deverá conter informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos e vir acompanhado de exame de acuidade visual em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual recente, conforme prazo estabelecido na alínea n);
- l)** no caso de deficiência múltipla, na documentação médica (atestado ou laudo ou relatório) ou do laudo caracterizador de deficiência, deverá constar a associação de duas ou mais deficiências e deverão ser apresentadas as informações já listadas de cada uma delas;
- m)** quando se tratar de deficiência que se enquadre no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 2012 (Transtorno do Espectro Autista) deverá apresentar, ainda, relatório especializado, emitido por médico(a) psiquiatra, neurologista ou neuropediatra (com Registro em quadro de Especialistas do Conselho Regional de Medicina), ou psicólogo(a) especializado(a) na área de Neuropsicologia (com comprovação de registro no Conselho Federal de Psicologia), preferencialmente atuante no Espectro Autista, explicitando as seguintes características, associando-as a dados temporais (com início e duração de alterações e/ou prejuízos): capacidade de comunicação e interação social; reciprocidade social; qualidade das relações interpessoais; e presença ou ausência de estereotipias verbais, estereotipias motoras, comportamentos repetitivos ou interesses específicos, restritos e fixos; e
- n)** ter sido emitido nos últimos 36 (trinta e seis) meses contados da data do fim das inscrições, exceto no caso dos

candidatos cuja deficiência se enquadre no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 2012 (Transtorno do Espectro Autista) ou dos candidatos com outros impedimentos irreversíveis que caracterizem deficiência permanente.

6.3. Em caso de impedimentos irreversíveis, que configurem deficiência permanente ou que se enquadre no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012, a validade do laudo caracterizador da deficiência é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão, desde que esteja expressa a referida condição e satisfeita as demais condições descritas nas alíneas do item 6.2, no que couber.

6.4. Caso o laudo caracterizador da deficiência seja emitido em meio eletrônico, esse deverá ser assinado digitalmente no padrão ICP-Brasil e atender às resoluções do Conselho Federal Profissional respectivo. O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações deste edital, não será considerado como pessoa com deficiência, perdendo o direito à reserva de vaga para PcD.

6.5. O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações dos item 5 a 6 e seus subitens, não será considerado como pessoa com deficiência, perdendo o direito à reserva de vaga correspondente.

6.6. A caracterização da deficiência do item 6 habilita o candidato tão somente a concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, nos termos da legislação e conforme sua classificação, e não o exime da obrigação de caso convocado, submeter-se à avaliação de saúde admissional, que emitirá parecer conclusivo sobre o enquadramento ou não da sua deficiência à luz da legislação e a compatibilidade das atribuições do cargo para qual concorre. Os candidatos optantes pela reserva de vagas concorrerão concomitantemente às vagas que lhe são reservadas e às de ampla concorrência.

6.7. DO PROCEDIMENTO DE PERÍCIA MÉDICA DOS CANDIDATOS PCDS

6.7.1. A condição de pessoa com deficiência será analisada pelo IEP por meio de Perícia Médica, realizada com base exclusivamente na documentação médica enviada digitalmente pelo candidato no período de inscrição nos moldes do item 6.1.

6.7.2. A caracterização da deficiência emitida pela junta médica do IEP habilita o candidato exclusivamente à concorrência nas vagas reservadas às pessoas com deficiência, nos termos da legislação vigente e conforme sua classificação, não o eximindo, se convocado, da obrigação de se submeter à perícia médica admissional do órgão contratante.

6.7.2. O resultado preliminar avaliará se o candidato, por meio dos documentos médicos encaminhados comprovou que se enquadra ou não como PcD.

7. DAS INSCRIÇÕES

7.1. Os candidatos, antes de realizarem a inscrição, devem se certificar que:

- a) conhecem o edital, seus anexos e os métodos adotados em eventuais retificações;
- b) atendem aos requisitos para participação nas etapas do concurso público, estabelecidos no presente Edital;
- c) possuem plenas condições para execução das atividades do cargo.

7.2. As inscrições para o concurso público estarão abertas no período previsto no Cronograma anexo a este Edital e deverão ser realizadas, **exclusivamente**, pela internet, no endereço eletrônico do IEP.

7.3. Para efetuar a inscrição, o interessado deverá acessar, via Internet, o site <https://iepinstituto.org.br/> e localizar a área destinada ao Certame da **Prefeitura Municipal de Catende/PE**, consoante seguintes observações:

- a) acessar o endereço eletrônico do IEP durante o prazo de inscrições previsto no cronograma;
- b) ler e estar de acordo com as normas deste Edital;
- c) preencher total e corretamente o Formulário de Inscrição online e, em seguida, enviá-lo de acordo com as respectivas instruções;
- d) o envio do requerimento de inscrição gerará automaticamente o boleto de pagamento da taxa de inscrição, e deverá ser pago em qualquer agência bancária, ou por meio eletrônico, sendo de inteira responsabilidade do candidato a impressão e guarda do comprovante de inscrição;
- e) o requerimento de inscrição será cancelado caso o pagamento da taxa de inscrição não seja efetuado até a data prevista no Cronograma anexo a este Edital;
- f) após a confirmação da inscrição pelo IEP, o comprovante de inscrição estará disponível na área do candidato, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção e guarda desse documento;
- g) após o prazo estabelecido para inscrições, não será mais possível acessar o formulário de requerimento de inscrição;
- h) os candidatos inscritos poderão reimprimir o boleto, caso necessário, até último dia do prazo para pagamento do boleto previsto no cronograma anexo a este Edital;
- i) o candidato somente poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário gerado ao término do processo de inscrição ou outro método eventualmente disponível;

7.4. O IEP não se responsabilizará por requerimento de inscrição que não tenha sido recebido, por fatores de ordem técnica dos computadores, os quais impossibilitem a transferência dos dados e/ou causem falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de transmissão de dados.

7.5. Os eventuais erros de digitação verificados após a efetivação da inscrição, quanto ao nome, número de documento

de identidade, sexo, data de nascimento e endereço, deverão ser corrigidos pelo candidato no site do IEP.

7.6. O candidato que não fizer ou não solicitar as correções dos dados pessoais deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.

7.7. Não serão aceitos inscrições e/ou pagamentos, efetuados fora do prazo, ou de forma diversa do estipulado neste Edital, independente, se eventualmente, forem aceitas pelo banco ou afins.

7.8. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento do boleto ou realizá-lo por outro meio válido, devendo ser respeitado o prazo limite determinado neste Edital.

7.9. O pagamento do valor da inscrição após o vencimento, a realização de qualquer modalidade de pagamento que não seja pelas formas estipuladas neste Edital e/ou o pagamento de valor distinto do estipulado neste Edital implicam no cancelamento da inscrição, sem devolução da importância paga, ainda que constatada em valor maior que o estabelecido ou pago em duplicidade.

7.10. Quando do pagamento do boleto bancário, o candidato tem o dever de conferir todos os seus dados cadastrais, bem como no comprovante de pagamento. As inscrições e/ou pagamentos que não forem identificados devido a erro nas informações de dados, pelo candidato ou terceiros, no pagamento do referido boleto, não serão aceitos, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

7.11. O valor de inscrição pago pelo candidato é pessoal e intransferível, não podendo ser utilizada para outra inscrição, para outro cargo ou para outro concurso público e/ou processo seletivo.

7.12. É de inteira responsabilidade do candidato a guarda do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, independentemente do método escolhido, para eventuais comprovações ou conferências que venham a ser necessárias.

7.13. Não haverá devolução da importância paga, ainda que efetuada em valor superior ou inferior do que o estabelecido, em duplicidade, extemporâneo ou para cargos com o mesmo período de prova, seja qual for o motivo alegado, salvo em caso de cancelamento, revogação ou anulação do Concurso.

7.14. As inscrições poderão ser prorrogadas, por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, a critério do **IEP da Prefeitura Municipal de CATENDE/PE**.

7.15. As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição, via conciliação bancária, ou de deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.

7.16. No formulário de inscrição, os candidatos deverão assinalar a concordância com os termos que constam neste Edital, bem como declarar que tem ciência e que não se opõe ao tratamento e ao processamento dos seus dados pessoais, sensíveis ou não, fornecidos durante a inscrição e ao longo deste Concurso Público, a fim de possibilitar a efetiva execução deste Concurso Público, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, incluindo a divulgação de seus nomes, números de inscrição e notas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e alterações posteriores.

7.17. O valor correspondente à **taxa de inscrição**, será de:

NÍVEL	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Fundamental	R\$ 35,00
Médio/Técnico	R\$ 52,00
Superior	R\$ 60,00

8. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

8.1. Para as solicitações de isenção de pagamento da taxa de inscrição o candidato deverá, após concluir procedimento de inscrição no período indicado no cronograma anexo a este Edital, comprovar que se enquadra como **candidato hipossuficiente inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico**, membros de família de baixa renda, nos termos da regulamentação do Governo Federal para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Decreto Federal nº 11.016 de 29 de março de 2022 e Doador de Medula Óssea, nos termos da Lei 10.607 de 20 de dezembro de 2016.

8.2. Para solicitar a isenção, o candidato hipossuficiente deverá informar o Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo CadÚnico, com cadastro válido e atualizado nos termos da Portaria MDS nº 177/2011, preencher as informações estabelecidas como obrigatórias no formulário específico e enviar, em um único arquivo:

- a) cópia simples do documento oficial de identificação com foto, conforme item 13.2;
- b) cópia simples do Cadastro de Pessoa Física - CPF, salvo se já constar no documento oficial de identificação; e
- c) informar o Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo CadÚnico, com cadastro válido e atualizado nos termos da Portaria MDS nº 177/2011; e
- 8.3.** O IEP consultará o órgão gestor do Cadastro Único, a fim de verificar a conformidade da condição indicada pelo candidato para isenção e veracidade das informações prestadas pelo candidato. O IEP não tem autonomia para realizar modificações cadastrais, sendo o candidato o único responsável por sua situação cadastral junto ao órgão gestor do CadÚnico.
- 8.4.** O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção de pagamento do valor de inscrição, no período previsto, não garante ao interessado a isenção pleiteada, a qual estará sujeita à análise e deferimento da documentação enviada pelo candidato, e pela resposta à consulta à base de dados do órgão gestor do Cadastro Único;
- 8.5.** Será indeferida a solicitação de isenção da taxa de inscrição do candidato que:
- a) constar no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal como inválido, inexistente ou desatualizado, após consulta à base de dados do Governo Federal;
- b) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- c) fraudar e/ou falsificar documentação;
- d) pleitear a isenção, sem indicar corretamente seu Número de Identificação Social (NIS);
- e) informar o número do NIS de outra pessoa que não seja o do próprio candidato;
- f) não for enquadrado na condição de família de baixa renda nos termos do Decreto Federal nº 11.016 de 29 de março de 2022.
- g) não enviar os documentos listados neste tópico, conforme o caso;
- 8.6.** O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição (doadores de medula óssea) deverá:
- a) solicitar no período estipulado no “Cronograma - Anexo I” deste edital;
- b) preencher todas as informações estabelecidas como obrigatórias no formulário específico;
- c) enviar cópia simples do documento oficial de identificação com foto;
- d) enviar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física - CPF, salvo se já constar no documento oficial de identificação;
- e) enviar documento original ou cópia autenticada do comprovante ou da Carteira de Inscrição do candidato como doador de medula óssea.
- 8.7.** Na existência de mais de uma solicitação de isenção por um mesmo candidato para mais de um cargo, somente será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último.
- 8.8.** A relação dos pedidos de isenção de taxa deferidos e indeferidos será divulgada no endereço eletrônico do IEP, em data definida no cronograma deste Edital.
- 8.9.** O candidato cuja documentação de isenção do valor da taxa de inscrição for indeferida deverá entrar no site do IEP até o último dia válido para inscrição e efetuar o pagamento da taxa pelos métodos de pagamento disponíveis.

9. DO PEDIDO DE ATENDIMENTO ESPECIAL:

- 9.1.** O IEP, nos termos da legislação, assegurará o(s) recurso(s) de acessibilidade e/ou atendimento pelo nome social e/ou outras adaptações para candidatos que requeiram, desde que comprovem a necessidade.
- 9.1.1.** O candidato que desejar solicitar atendimento especial deverá fazê-lo no ato da inscrição, indicando a condição que motiva o pedido e a forma de atendimento pretendida.
- 9.1.2.** A realização de provas na condição especial solicitada pelo candidato será condicionada à legislação específica e à possibilidade técnica examinada pelo IEP, segundo os critérios de viabilidade e razoabilidade.
- 9.1.3.** A solicitação deverá estar acompanhada de laudo médico ou documentação comprobatória, quando for o caso, conforme estabelecido neste item.
- 9.2. Das Finalidades e Limites do Atendimento Especial:**
- 9.2.1.** O atendimento especial, quando concedido, visa proporcionar igualdade de condições **durante a realização das provas**, sem comprometer:
- a) o formato e os critérios de avaliação;
- b) a metodologia de execução das etapas;
- c) as exigências legais e as atribuições inerentes ao cargo.
- 9.2.2.** As adaptações concedidas, inclusive à pessoa com deficiência, não poderão descaracterizar o conteúdo, a forma ou o grau de exigência das etapas previstas no edital, **especialmente aquelas de natureza física, operacional ou que envolvam risco**, conforme o perfil do cargo.
- 9.3. Das Adaptações Aplicáveis exclusivamente às Provas Objetiva:**
- a) prova e folha de resposta ampliada;
- b) leitor e/ou transcritor;
- c) tempo adicional de até 60 (sessenta) minutos, conforme expressamente justificado em laudo;

d) intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

9.4. Das Adaptações Aplicáveis à todas as etapas, incluindo às Provas Objetiva:

- a) sala de fácil acesso; (em casos de pessoas que possuam limitações físicas);
- b) carteira para canhotos;
- c) tratamento pelo nome social;
- d) condições diferenciadas por motivo de crença religiosa;
- e) condições específicas para lactantes.

9.5. Das Outras Solicitações de Atendimento Especial:

9.5.1. Candidatos com outras necessidades não previstas neste Edital, ou que enfrentem condição superveniente (como acidente, internação ou limitação temporária), poderão encaminhar solicitação fundamentada ao IEP, dentro do prazo estabelecido no “Cronograma – Anexo I”, por meio do canal “Fale Conosco” no site <https://iepinstituto.org.br/>.

9.5.1.1. O participante que necessitar de atendimento especializado devido à acidentes ou casos fortuitos, após o período de inscrição, deverá solicitá-lo por meio do “fale conosco” (e-mail), no site <https://iepinstituto.org.br/>.

9.5.1.2. Entende-se por casos fortuitos as situações em que a condição que enseja o atendimento ocorra em data posterior ao período previsto de solicitação.

9.6. Das Regras e Documentação Específica:

9.6.1. Aplicam-se os requisitos e documentos estabelecidos nos subitens a seguir, conforme o tipo de solicitação realizada:

9.6.1.1. Da prova e folha de resposta ampliada; do leitor e/ou transcritor; do tempo adicional; do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras): O candidato deverá apresentar laudo caracterizador da deficiência conforme regras exigidas no item 9.7, **sob pena de não ter seu pedido atendido.**

9.7. Das exigências obrigatórias do laudo médico:

- a) ser emitido por equipe multiprofissional ou por especialista na área da limitação apresentada, com expressa descrição da necessidade solicitada;
- b) ter data de emissão de até 36 (trinta e seis) meses anteriores ao último dia de inscrição deste edital;
- c) constar nome completo do candidato;
- d) constar nome completo, número do registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e assinatura do médico responsável pela emissão do laudo;
- e) constar espécie e o grau ou nível de deficiência, em conformidade com o atendimento especial solicitado, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), bem como a causa da deficiência;
- f) constar indicação, quando for o caso, da necessidade de uso de próteses ou adaptações, bem como aqueles que, por razões de saúde, façam uso de marcapasso, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos;
- g) no caso de deficiente auditivo, o laudo deverá vir acompanhado do original do exame de audiometria recente, realizado até trinta e seis meses anteriores ao último dia das inscrições;
- h) no caso de deficiente visual, o laudo deverá vir acompanhado do original do exame de acuidade visual em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual recente, realizado até trinta e seis meses anteriores ao último dia das inscrições;
- i) No caso de uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão enviar o laudo médico específico para esse fim, considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, devendo o candidato, ainda, comparecer ao local de provas munidos dos exames e laudos que comprovem o uso de tais equipamentos.

9.8. O participante que solicitar atendimento para deficiência auditiva, surdez ou surdo-cegueira deverá indicar o uso do aparelho auditivo ou implante coclear na inscrição, caso o candidato não tenha sua solicitação deferida, não poderá utilizar o aparelho auricular.

9.9. Aos candidatos com deficiência visual (baixa visão) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas nesse sistema, sendo a prova confeccionada neste formato.

9.10. Da sala de fácil acesso: Os candidatos que necessitarem de sala de fácil acesso por dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção deverão preencher solicitação durante o período de inscrições estipulado no cronograma, justificando sua necessidade.

9.11. Da carteira para canhotos: Candidatos que necessitarem de carteira para canhotos deverão preencher a solicitação durante o período de inscrições estipulado no cronograma, justificando sua necessidade. Caso o candidato não faça a solicitação, ficará sujeito a disponibilidade do mobiliário adequado a sua situação no local de prova, podendo ou não ser atendido.

9.12. Atendimento pelo nome social: O atendimento pelo nome social é destinado à pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente em consonância com sua identidade de gênero. O(A) candidato(a) transgênero que desejar tratamento pelo nome social deverá:

- a) Solicitá-lo durante o período de inscrições, na sua área do candidato no campo “Ações” e clicar no item “Nome

Social”, após deverá preencher o campo indicando seu nome social e enviar os seguintes arquivos: (i) cópia digitalizada, frente e verso, de um dos documentos de identificação oficiais com foto, válido, conforme Edital;

b) Caso não realize a solicitação ou a documentação enviada não esteja em conformidade com o item anterior, o participante será identificado pelo nome civil;

c) As publicações referentes aos candidatos que tiverem suas solicitações de tratamento pelo nome social deferidas serão realizadas de acordo com o nome social.

9.13. Das condições diferenciadas por motivo de crença religiosa: O candidato que necessitar de atendimento diferenciado por motivos religiosos deverá, conforme prazo de período de inscrição “Cronograma - Anexo I” deste edital:

a) Assinalar a opção correspondente na solicitação de inscrição;

b) Enviar, via upload, a imagem da declaração da congregação religiosa a que pertence, em que conste o nome e número de seu CPF, atestando a sua condição de membro da referida congregação, com a devida assinatura do líder religioso.

9.14. Das condições específicas para lactantes: A candidata que for amparada pela Lei Federal nº 13.872/19, mãe de criança de até 6 (seis) meses de idade na data da prova, e necessitar amamentar, deverá conforme prazo de período de inscrição “Cronograma - Anexo I” deste edital:

a) apresentar certidão de nascimento da criança (ou documento médico com a data provável do parto, se ainda gestante);

b) levar acompanhante adulto, no dia da prova, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. O IEP não disponibilizará acompanhante para guarda de criança;

c) O acompanhante da participante lactante não poderá ter acesso à sala de provas e deverá cumprir os dispostos nos itens constantes neste edital, no que couber, e ser submetido à revista eletrônica por meio do uso do detector de metais.

9.14.1. Durante a aplicação das provas, qualquer contato entre a participante lactante e o respectivo acompanhante deverá ser presenciado por um fiscal do sexo feminino.

9.14.2. Não será permitida a entrada da lactante e do acompanhante após o fechamento dos portões.

9.14.2.1. A candidata deverá enviar, via upload, a imagem legível da certidão de nascimento que comprove que a criança terá até 6 (seis) meses de idade no dia de realização das provas.

9.14.3. Caso a criança ainda não tenha nascido até a data do término das inscrições, a imagem legível da certidão de nascimento poderá ser substituída por imagem legível de documento emitido pelo(a) médico(a) obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento e a candidata poderá levar a certidão de nascimento original da criança na data de realização da prova para ser apresentada à Coordenação.

9.14.4. A candidata com situação deferida terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de duas horas, por até 30 (trinta) minutos por filho, nos termos do caput do art. 4º da Lei nº 13.872/19. O tempo despendido pela amamentação será compensado durante a realização das provas em igual período, de acordo com o § 2º do art. 4º da Lei nº 13.872/19.

9.14.5. Caso a candidata utilize mais de 1 (uma) hora para amamentar, será concedida, no máximo, 1 (uma) hora de compensação.

9.15. Do tempo adicional:

9.15.1. A documentação do candidato que solicitar tempo adicional deverá conter, além do estabelecido no item 6.2 deste Edital, a expressa descrição da necessidade de tempo adicional para a realização da prova objetiva, conforme condição, característica ou diagnóstico do participante, de acordo com a legislação vigente para concessão de tempo adicional citada na alínea “a” do item 9.15 deste Edital, exceto para a participante lactante que deverá atender ao disposto no item 9.14 e seus subitens.

a) Caso a Documentação que motivou a solicitação de tempo adicional seja aceita, o candidato terá direito ao tempo adicional de 60 (sessenta) minutos no turno de provas, desde que o solicite no ato de inscrição, de acordo com o disposto nos Decretos Federais nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, e nas Leis nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº 14.126, de 22 de março de 2021, e nº 13.872, de 17 de setembro de 2019, e demais legislações.

9.16. Das Disposições Gerais Do Pedido de Atendimento Especial:

9.16.1. O atendimento do pedido será submetido à análise do IEP e dependerá da disponibilidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

9.16.2. As digitalizações ilegíveis serão desconsideradas, sendo de inteira responsabilidade do candidato verificar o correto envio e a legibilidade dos arquivos.

9.16.3. É de responsabilidade exclusiva do candidato verificar se o laudo médico foi devidamente enviado para o sistema do IEP.

9.16.4. O candidato que, porventura, declarar indevidamente, quando do preenchimento do formulário de inscrição via Internet, ser pessoa com deficiência deverá, após tomar conhecimento da situação da inscrição nessa condição, entrar em

contato com o IEP por meio do Fale Conosco (e-mail) na área do candidato para a correção da informação, por tratar-se apenas de erro material e inconsistência efetivada no ato da inscrição.

10. DAS ETAPAS

10.1. O Concurso Público será composto pelas seguintes etapas:

ETAPA	CARGOS	CARÁTER	RESPONSÁVEL
Prova Objetiva	Todos os Cargos	Classificatório e Eliminatório	IEP
Prova de Títulos	Professor	Classificatório	IEP
Curso de Formação	Guarda Municipal	Classificatório e Eliminatório	IEP

10.2. Na Prova Objetiva, serão considerados classificados os candidatos que obtiverem no mínimo 50% da pontuação total da pontuação da prova. Para os cargos que possuem a etapa de Prova de Títulos somente serão avaliados os títulos dos candidatos classificados na Prova Objetiva, o cargo de Guarda Municipal será submetido e consolidado dentro do Curso de Formação, a Avaliação Médica, Exame de Aptidão Física e constará de testes atlético inerentes ao cargo, Investigação Social e Curso de Formação Profissional.

10.2.1 Os candidatos não classificados ou não convocados para as etapas descritas neste certame serão considerados eliminados do Concurso.

10.3 Nos casos em que houver aplicação de cláusulas de barreira nas etapas, por modalidade de concorrência, o ordenamento seguirá iniciando pela Ampla Concorrência (AC), seguida pela modalidade Pessoa com Deficiência (PcD).

10.4 Para a aplicação das cláusulas de barreira, os candidatos convocados dentro do número de vagas destinadas à ampla concorrência não serão contabilizados para o corte estabelecido para as vagas reservadas.

11. DA PROVA OBJETIVA

11.1. A prova objetiva será aplicada a todos os candidatos com inscrições deferidas e será elaborada com base no Conteúdo Programático, contido no anexo II deste Edital e será constituída conforme a seguir:

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL			
Disciplina	Nº Questões	Peso	Total de Pontos
Língua Portuguesa	10	4,0	40
Conhecimentos Regionais	10	3,0	30
Atualidades	10	3,0	30
TOTAL	30	-	100

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, MÉDIO/TÉCNICO E SUPERIOR (EXCETO PARA CARGO DE ADVOGADO)			
Disciplina	Nº Questões	Peso	Total de Pontos
Língua Portuguesa	10	3,0	30
Raciocínio Lógico-Matemático	05	2,0	10
Conhecimentos Regionais	05	2,0	10
Informática	10	2,0	20
Conhecimentos específicos	10	3,0	30
TOTAL	40	-	100

EXCLUSIVO PARA CARGO DE ADVOGADO			
Disciplina	Nº Questões	Peso	Total de Pontos
Língua Portuguesa	10	2,5	25
Conhecimentos específicos	30	2,5	75
TOTAL	40	-	100

- 11.2.** As questões serão numeradas sequencialmente, **contendo 4 (quatro) alternativas para resposta, com apenas uma correta.**
- 11.3.** Será atribuída nota zero à questão que apresentar, no Cartão de Respostas, mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, ou à questão que apresentar emenda ou rasura.
- 11.4.** O candidato deverá assinalar a resposta da questão objetiva no Cartão de Respostas, que será o único documento válido para a correção das provas, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricado em material transparente
- 11.5.** As marcações indevidas serão da exclusiva responsabilidade do candidato.
- 11.6.** É vedado ao candidato amassar, rasurar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a seu Cartão de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes da impossibilidade de realização da leitura óptica.
- 11.7.** O candidato deve proceder o preenchimento do cartão resposta em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na capa do caderno de questões.
- 11.8.** Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão de Respostas por erro de preenchimento por parte do candidato.
- 11.8.1.** O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição, sua data de nascimento e o número de seu documento de identificação.
- 11.8.2.** Todos os candidatos, ao terminarem as provas, deverão, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Cartão de Respostas. O candidato que descumprir a regra de entrega desse documento será eliminado do concurso.
- 11.8.3.** O caderno de questões (prova) não poderá ser substituído, salvo nas hipóteses em que seja identificada imperfeição capaz de comprometer a realização do exame pelo candidato, devido a ocorrência de falhas na impressão e, ainda, desde que a solicitação seja requerida, pelo candidato, no início da prova.
- 11.8.4.** Os candidatos somente poderão sair do local de realização da prova após decorrida 1 (uma) hora de seu início, sem, contudo, levar consigo o caderno de questões (prova).
- 11.9.** A saída com caderno de questões somente será permitida trinta minutos antes do término da prova.
- 11.10.** Em hipótese alguma o candidato poderá retirar-se da sala portando o cartão de respostas, sendo eliminado automaticamente do certame, caso o faça.
- 11.11.** O candidato não poderá deixar a sala de prova entre o recebimento da folha de respostas e o início da prova. Após o início, só poderá se ausentar na presença de um fiscal. Por isso, é importante que utilize banheiros e bebedouros antes de entrar na sala.
- 11.12.** Ao final da aplicação, deverão permanecer na sala 3 (três) pessoas, sendo obrigatoriamente, no mínimo, 02 (dois) candidatos, até que o último candidato conclua sua prova. Após o encerramento, os presentes deverão assinar a Ata de Sala, atestando a regularidade da aplicação e a idoneidade da fiscalização. A saída do local deverá ocorrer de forma conjunta, sob acompanhamento da equipe responsável.
- 11.13.** O candidato que faça uso de marcapasso, pinos cirúrgicos, outros instrumentos metálicos ou tenha restrição quanto ao sistema de detecção de metal, deverá solicitar atendimento especial para prova.
- 11.14.** Para garantir a segurança dos candidatos e a lisura do concurso público, o IEP poderá proceder à coleta de dados biométricos dos candidatos no dia de realização das provas.
- 11.15.** O IEP poderá solicitar que o candidato redija uma frase de segurança no momento da prova, para possível realização de exame grafotécnico, quando necessário, garantindo a integridade do certame.

12. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- 12.1.** A prova objetiva será aplicada a todos os candidatos com inscrições deferidas e será elaborada com base no conteúdo programático, contido no Anexo II deste Edital.
- 12.2.** A aplicação das provas objetivas será realizada na data estipulada no “Cronograma - Anexo I” deste Edital, no horário conforme estipulado na tabela abaixo:

TURNOS	CARGOS	HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES	<u>HORÁRIO DO FECHAMENTO DOS PORTÕES</u>	INÍCIO DAS PROVAS	TÉRMINO DAS PROVAS
Matutino	<ul style="list-style-type: none"> Auxiliar de Serviços Diversos; Coveiro; Cozinheiro Marendeiro (a) Advogado Assistente Social Biomédico Contador Dentista Ambulatorial Enfermeiro Plantonista Fisioterapeuta Fonoaudiólogo Nutricionista Professor de Educ. Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental Professor de Ciências Professor de Letras Professor de educação Física 	07:00h	07:45h	08:15h	11:15h
Matutino	<ul style="list-style-type: none"> Professor de Geografia Professor de História Professor de Matemática Psicólogo Psicopedagogo Terapeuta Ocupacional Médico Veterinário Agente de Contratação (Manhã) 	07:00h	07:45h	08:15h	11:15h
Vespertino	<ul style="list-style-type: none"> Auxiliar Administrativo Eletricista Guarda Municipal Motorista Transporte Escolar Motorista Operador de Máquinas Pesadas Analista de Controle Interno (Tarde) 	13:00h	13:45h	14:15h	17:15h

12.3. Os candidatos deverão **comparecer aos locais de prova 45 (quarenta e cinco)** minutos antes do fechamento dos portões, munidos de documento de identidade com foto, de caneta esferográfica de tinta azul ou preta para as provas.

12.4. Os portões serão fechados **15 (quinze) minutos** antes do horário previsto para início das provas, sendo terminantemente proibida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões.

12.5. Serão considerados portões: a entrada de módulos, blocos, andares e afins.

12.6. Após o fechamento dos portões, será permitida apenas a permanência dos colaboradores responsáveis pela

aplicação das provas, das pessoas previamente autorizadas e dos candidatos, sendo vedada a presença de terceiros alheios ao certame.

12.7. O horário para início da realização das provas poderá sofrer alterações, a critério exclusivo do IEP, por motivos técnicos, caso fortuito e/ou força maior.

12.8. Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste edital.

12.9. Ao candidato somente será permitida a realização das provas na respectiva data, horário e local definido pelo IEP, não havendo segunda chamada para realização. Caso não o cumpra, será eliminado do Processo Seletivo.

12.10. O não comparecimento ao local e no horário da prova, divulgados na ocasião da publicação do edital, implicará na eliminação automática do candidato do certame.

12.11. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados existentes nos locais disponibilizados no município deste Certame, o IEP poderá alocá-los em municípios vizinhos ao determinado para aplicação das provas não assumindo qualquer responsabilidade quanto a transporte, alimentação e alojamento desses candidatos.

A inviolabilidade do sigilo das provas será comprovada no momento de romper-se o lacre dos malotes de provas mediante termo formal e na presença de 2 (dois) candidatos na coordenação do local de realização das provas.

13. DO PROCEDIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO (TODAS AS ETAPAS)

13.1. Em todas as etapas do concurso, será obrigatória a apresentação do documento oficial de identificação com foto, em sua via original, para a realização das provas.

13.2. Consideram-se documentos válidos para identificação do candidato:

a) Cédulas de Identidade expedidas por Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícia Militar e Polícia Federal;

b) Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados, em consonância com a Lei Federal nº 9.474, de 22 de julho de 1997;

c) Carteira de Registro Nacional Migratório, de que trata a Lei Federal nº 13.445, de 24 de maio de 2017;

d) Documento Provisório de Registro Nacional Migratório, de que trata o Decreto Federal nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018;

e) Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenha validade como documento de identidade;

f) Passaporte;

g) Carteira Nacional de Habilitação, na forma da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

h) Carteira de Trabalho e Previdência Social emitida após 27 de janeiro de 1997;

i) Documentos digitais com foto (apenas CNH digital, RG digital e CIN digital), **desde que apresentados por meio dos aplicativos oficiais ou no aplicativo Gov.br, não sendo permitido prints e arquivo PDF.**

13.3. O IEP não se responsabilizará por falhas no acesso ou funcionamento dos aplicativos oficiais de identificação digital, incluindo o aplicativo Gov.br, decorrentes de problemas técnicos nos dispositivos dos candidatos, instabilidades na conexão, uso inadequado dos aplicativos, ou qualquer outro fator que impeça a apresentação do documento digital exigido na alínea "i)" do item 13.2 este Edital, nos dias de realização das provas.

13.4. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

13.5. Não serão aceitos documentos de identificação que não estejam listados no item 13.2. como: protocolos; Certificado de Dispensa de Incorporação; Certificado de Reservista; Certidão de Nascimento; Certidão de Casamento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação em modelo anterior à Lei nº 9.503/1997; Carteira de Estudante; Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani); crachás e identidade funcional de qualquer natureza e cópias de documentos válidos, mesmo que autenticadas ou qualquer outro que não apresentem foto.

13.6. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento original impresso que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

13.7. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura, à condição de conservação do documento e/ou à própria identificação.

13.8. Caso o participante precise aguardar o recebimento de documento válido listado neste edital, deverá fazê-lo fora do local de provas.

13.9. O IEP reserva-se no direito de efetuar procedimentos adicionais de identificação nos dias de aplicação podendo, inclusive, submeter o candidato a coleta de dados biométricos.

14. DA ENTRADA E PERMANÊNCIA DO CANDIDATO NA SALA DE PROVAS

14.1. O candidato devidamente identificado, poderá entrar no local de prova portando:

- a) Bebidas acondicionadas em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;
- b) Alimentos acondicionados em embalagem original lacrada ou embalagem plástica transparente. -

14.2. O IEP reserva-se o direito de vistoriar, as bebidas e os alimentos dos candidatos, sendo facultada a sua aceitação ou não, a critério da organização.

14.3. O candidato deverá guardar em envelope porta-objetos, antes de entrar na sala de provas, o telefone celular e quaisquer outros equipamentos eletrônicos desligados, além de outros pertences não permitidos e citados neste edital.

14.4. O candidato deverá manter celulares, tablets, relógios e pulseiras inteligentes desligados e com todas as funções desativadas, incluindo alarmes, dentro do envelope porta-objetos lacrado e identificado.

14.5. Caso qualquer aparelho eletrônico emita som, o envelope porta-objetos lacrado será retirado da sala de prova, com autorização do candidato, e levado à sala da coordenação. A recusa em autorizar a retirada implicará na eliminação do candidato.

14.6. Não será permitido ao candidato portar fora do envelope porta-objetos: óculos escuros e artigos de chapelaria como boné, chapéu, viseira, gorro ou similares, caneta de material não transparente, lápis, lapiseira, borrachas, réguas, corretivos, livros, manuais, impressos, anotações, protetor auricular, relógio de qualquer tipo, e quaisquer dispositivos eletrônicos, como telefones celulares, smartphones, tablets, wearable tech, máquinas calculadoras, agendas eletrônicas e/ou similares, ipods®, gravadores, pen drive, mp3 e/ou similar, alarmes, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, fones de ouvido e/ou qualquer transmissor, gravador e/ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens e quaisquer outros materiais estranhos à realização da prova.

14.7. Os candidatos com cabelos longos deverão manter as orelhas visíveis no momento da identificação, bem como durante o ingresso e permanência nas salas de aplicação, conforme procedimentos operacionais de segurança adotados para a realização da prova.

14.8. Os candidatos que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça serão solicitados a se dirigirem à coordenação, na qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de revista por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade do candidato e garantir a necessária segurança na aplicação das provas. No caso de objetos religiosos, como terços, burca e quipá, o candidato também será encaminhado à coordenação para ter o objeto revistado.

14.9. O candidato deverá manter o envelope porta-objetos lacrado e identificado desde o ingresso na sala de provas até a saída definitiva do local de provas.

14.10. O candidato que for identificado descumprindo qualquer item de segurança, seja em qualquer dependência do local de prova ou no trajeto entre a sala e o banheiro, será eliminado do Concurso Público e deverá deixar o local imediatamente.

14.11. Durante a realização da prova não será permitida(o):

- a) a comunicação entre candidatos;
- b) consulta a livros, revistas, folhetos, anotações ou quaisquer outras fontes;
- c) escrever em papéis diversos dos entregues pelo IEP;
- d) uso de telefone celular, máquina fotográfica, gravador ou qualquer outro receptor de mensagens e imagens;
- e) O uso de boné, chapéu, gorro, protetor auricular ou qualquer outro acessório que impeça a visão total das orelhas do candidato, exceto nas etapas autorizadas pelo IEP, como, por exemplo, o Exame De Aptidão Física.
- f) O uso de óculos escuros, salvo nos casos em que o candidato apresente laudo médico original e impresso.
- g) O uso de aparelho auditivo, exceto mediante apresentação de laudo médico original e impresso no dia da prova.

14.12. O IEP poderá, a qualquer tempo, submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal no dia de realização das provas, inclusive na entrada e/ou saída de quaisquer espaços do local de prova.

14.13. Caso, durante a utilização do detector de metais, seja constatado que o candidato esteja portando telefone celular ou qualquer outro equipamento proibido, ainda que desligado ou com a bateria desconectada, o candidato será conduzido diretamente à sala de coordenação, sem retorno à sala de prova, e sua eliminação do certame será formalmente registrada em ata.

14.14. O candidato não poderá ausentar-se da sala de realização da prova após o recebimento de seu cartão de respostas e/ou ficha/teste avaliativo até o início efetivo da prova e, após esse momento, sairá somente na presença de um fiscal.

14.15. O candidato deverá iniciar as provas somente após ler as instruções contidas na capa do caderno de questões (prova) e no Cartão de Resposta, observada a autorização do chefe de sala.

14.16. O caderno de questões (prova) somente poderá ser aberto com autorização do chefe de sala e após horário de início das provas.

14.17. No dia da realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação, informações referentes ao seu conteúdo e/ou quanto aos critérios de avaliação e de classificação.

14.18. Não será permitida a permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e entrega dos materiais avaliativos (fichas/testes e cartões-resposta). Os candidatos deverão retirar-se imediatamente, sendo vedado o uso de banheiros, bebedouros ou a abertura do envelope porta-objetos após esse momento.

14.19. O IEP não se responsabiliza por nenhum objeto perdido nem por danos nele causado durante o período de aplicação das provas.

14.20. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que, durante a sua realização:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido ou fora do local definido;
- b) não apresentar o documento de identidade conforme previsto;
- c) não se dirigir para sua sala após o fechamento dos portões;
- d) ausentar-se da sala ou local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- e) for surpreendido em comunicação com outras pessoas;
- f) receber qualquer objeto de terceiros ou tiver contato com o ambiente externo após o fechamento dos portões;
- g) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;
- h) for flagrado portando/levando consigo equipamento eletrônico de comunicação, ainda que desligado e/ou com a bateria desconectada quando submetido ao detector de metais;
- i) for surpreendido portando anotações em papéis ou em qualquer meio não permitido durante a realização da prova;
- j) lançar mão de meios ilícitos para executar a prova;
- k) recusar a submeter-se ao detector de metais;
- l) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer material que não seja o fornecido;
- m) faltar com o devido respeito a qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- n) não assinar o cartão de respostas/fichas avaliativas;
- o) Permanecer com qualquer material de prova, como caderno de questões, cadernos e folhas de respostas, após o término do tempo permitido para a realização da prova, conforme previsto neste Edital;
- p) não permitir a coleta de sua assinatura ou de dados biométricos;
- q) for surpreendido portando qualquer tipo de arma;
- r) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- s) agir com incorreção ou descortesia com qualquer membro da equipe encarregada da prova;
- t) não atender as orientações e/ou exigências dos membros da equipe do IEP.

14.21. Caso o candidato tenha necessidade de se ausentar do local da prova, inclusive para atendimento médico ou hospitalar, não poderá retornar ao local de prova, sendo eliminado do Concurso Público.

Se a qualquer tempo for constatado por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial que o candidato tenha feito uso de qualquer processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

15. DA PROVA DE TÍTULOS

15.1. A Prova de Títulos terá caráter unicamente classificatório. O candidato que não apresentar a documentação comprobatória da Prova de Títulos, na forma e no prazo estabelecidos neste Edital, receberá pontuação zero nessa etapa.

15.2. Não haverá convocação individual ou notificações adicionais para envio dos títulos. O candidato deverá observar o cronograma disponibilizado e providenciar o envio dentro dos prazos estabelecidos, caso não fizer, não haverá possibilidade de envio ou reconsideração da nota zero obtida.

15.3. A avaliação dos títulos será realizada pela Banca Examinadora, com base exclusivamente na documentação enviada eletronicamente pelos candidatos, observados o prazo e as regras estabelecidos neste Edital.

15.4. A análise de títulos será realizada pelo IEP, com base nos dados e pontuação informados pelo candidato no momento do envio da documentação no sistema. Esses dados serão confrontados com os documentos anexados e analisados conforme os critérios estabelecidos no Edital, no caso em que o candidato informe pontuação superior a comprovada a mesma será ajustada para que reflita valor real.

15.5. Documentos em língua estrangeira somente serão considerados se revalidados por universidades públicas brasileiras, regularmente credenciadas, criadas e mantidas pelo poder público, que tenham curso reconhecido do mesmo nível e área, ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

15.6. Não haverá segunda chamada para o envio dos documentos comprobatórios, independentemente de qualquer motivo de impedimento do candidato, caso este não cumpra os prazos estabelecidos no cronograma do Edital.

16. DO PROCEDIMENTO DE ENVIO DE TÍTULOS

16.1. Os títulos deverão ser enviados eletronicamente, conforme orientações na plataforma eletrônica de envios e neste Edital, dentro dos prazos previstos no Cronograma, não sendo aceita nenhuma outra forma de envio desses documentos.

16.2. A plataforma eletrônica para envio dos Títulos será composta por tópicos específicos, devendo o candidato anexar, individualmente e em cada tópico a documentação comprobatória correspondente à descrição.

16.3. No ato do cadastro dos documentos no sistema, é indispensável o preenchimento correto dos campos indicados

como obrigatórios, sendo as informações prestadas utilizadas para identificação/conferência do documento correspondente a avaliação, caso haja divergência o documento será indeferido.

16.4. Documentos anexados em tópicos não correspondentes aqueles descritos serão desconsiderados/indeferidos.

16.5. Cada arquivo cadastrado na plataforma de avaliação equivale a uma única comprovação, ou seja, não será pontuado mais de um Título por arquivo cadastrado.

16.6. O candidato deve anexar cada documento individualmente no campo correspondente ao tipo de título que deseja comprovar, informando, nesse mesmo campo, todos os dados relacionados ao documento.

16.7. Documentos inseridos em campos incorretos ou que não tenham relação com as informações do título apresentado pelo candidato, não serão aceitos nem considerados para fins de pontuação.

16.8. Para efeito de avaliação, não serão correlacionadas informações constantes em arquivos diversos.

16.9. A responsabilidade pela escolha dos documentos a serem disponibilizados para a avaliação de Títulos é exclusiva do candidato.

16.10. Ao final do envio dos títulos, o candidato poderá imprimir a comprovação dos títulos inseridos no sistema.

16.11. A pontuação correspondente à Prova de Títulos será efetivada pelo IEP, porém, a validação e conferência da veracidade dos documentos apresentados serão realizadas pela Prefeitura de CATENDE/PE, no ato da convocação.

17. DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

17.1. Serão considerados os seguintes títulos de qualificação profissional para efeitos de pontuação:

PROVA DE TÍTULOS – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (SOMENTE PROCURADOR MUNICIPAL, PROFESSOR E PEDAGOGO)		
B. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	PONTOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
A.1. <u>DOUTORADO, na área em que concorre</u> , comprovando através de diploma devidamente registrado, ou declaração de conclusão válida de curso expedida pela unidade de ensino. O documento comprobatório deverá, <u>indispensavelmente</u> , estar acompanhado do histórico escolar .	2,5 (Máximo 01 título)	2,5
A.2. <u>MESTRADO, na área em que concorre</u> , comprovando através de diploma devidamente registrado, ou declaração válida de conclusão de curso expedida pela unidade de ensino. O documento comprobatório deverá, <u>indispensavelmente</u> , estar acompanhado do histórico escolar .	1,5 (Máximo 01 título)	1,5
A.3. <u>PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU" – ESPECIALIZAÇÃO, na área em que concorre</u> , com carga horária mínima de 360 horas, comprovando através de certificado de conclusão de curso expedido pela unidade de ensino ou declaração válida de conclusão de curso expedido pela unidade de ensino. O documento comprobatório deverá, <u>indispensavelmente</u> , estar acompanhado do histórico escolar .	0,50 (Máximo 02 títulos)	1,00
PONTUAÇÃO MÁXIMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL		5,00

17.2. A pontuação máxima atribuída à Prova de Títulos será de 5,00 (CINCO) pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse limite.

17.3. Para efeitos de pontuação na Prova de Títulos será considerado a somatória dos títulos enviados pelo candidato e validados pelo IEP, considerando o limite estabelecido.

17.4. É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo, emprego ou função, nos três níveis de poder, autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas e/ou privadas.

17.5. Em caso de período concomitante, o sistema o ajustará automaticamente removendo as datas que conflitam, considerando o primeiro período que foi anexado pelo candidato. Os períodos informados posteriormente serão considerados, todavia, sem os períodos concomitantes em relação ao que já foi enviado.

17.6. Ao final do envio do título pelo candidato, o sistema eletrônico de envios dará ciência da sua nota inicial conforme calculado automaticamente pelo sistema, considerando os dados prestados pelo candidato, para que o mesmo possa verificar se os dados estão corretos, sob pena de obter nota diversa da esperada.

17.7. A banca avaliadora validará os dados informados pelo candidato no sistema, podendo ser alterado conforme os

dados reais apurados.

17.8. Se o candidato informar pontuação menor do que a real, não fará jus ao aumento da pontuação, sendo considerado o valor informado, perdendo o direito de eventuais questionamentos/recursos.

17.9. Se o candidato informar pontuação maior do que a real, ela será corrigida e diminuída.

17.10. As notas serão divulgadas no site do IEP nas datas definidas no Cronograma deste Edital.

18. DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

18.1. Será considerado aprovado no Concurso Público o candidato que obtiver a pontuação e a classificação mínimas exigidas para aprovação em cada etapa, nos termos deste Edital.

18.2. A pontuação final será calculada da seguinte maneira, conforme etapas aplicadas ao cargo:

Pontuação Final (PF) = Nota da Prova Objetiva (PO) + Nota da Prova de Títulos (PT)

18.3. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de pontuação final, observado o cargo em que concorrem.

18.4. Na hipótese de igualdade de nota entre os candidatos em qualquer uma das etapas/fase deste Concurso Público, serão aplicados critérios de desempate, tendo preferência, sucessivamente, o candidato que tiver:

- a) idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos na data de inscrição, conforme o art. 27, parágrafo único da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
- b) obtido maior nota na prova objetiva;
- c) obtido maior nota na disciplina de Língua Portuguesa;
- d) obtido maior nota disciplina Raciocínio Lógico-Matemático;
- e) obtido maior nota disciplina de Conhecimentos Específicos;
- f) obtido maior nota disciplina de Conhecimentos Gerais e Atualidades;
- g) obtido maior nota disciplina de Direito Constitucional;
- h) obtido maior nota disciplina Direito Administrativo;
- i) exercido a função de jurado em Tribunal do Júri, conforme o art. 440º do Código de Processo Penal;
- j) menor número de inscrição, considerando-se data e horário da realização.

18.5. Para fins de comprovação da função de jurado em Tribunal do Júri serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça estaduais e regionais federais do país, relativos à função de jurado, nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal, a partir de 10 de agosto de 2008, data de entrada em vigor da Lei nº 11.689/2008.

18.6. Para fins de verificação do critério mencionado no item anterior, os candidatos deverão fazer o envio eletrônico do documento comprobatório durante o período de inscrição.

18.7. O Resultado Final deste Concurso Público será feito, observado o cargo e área de formação, na data estabelecida no Anexo I, da seguinte forma:

- a) Resultado Final da ampla concorrência, por cargo de todos os candidatos aprovados, incluindo os candidatos nas reservas de vagas;
- b) Resultado Final por cargo dos candidatos aprovados para cada tipo de reservas de vagas.

19. DOS RECURSOS

19.1. Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada evento, exceto para as questões da Prova Objetiva.

19.2. Será admitido recurso quanto:

- a) contra o indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição;
- b) contra o indeferimento das inscrições;
- c) contra o indeferimento da inscrição nas: condição especial e/ou vagas reservadas;
- d) contra as questões da Prova Objetiva e do gabarito preliminar;
- e) contra o resultado preliminar da Prova Objetiva;
- f) contra o resultado preliminar da Prova de Títulos;

19.3. É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação das decisões objetos dos recursos no endereço eletrônico do IEP, sob pena de perda do prazo recursal.

19.4. Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente pela Internet, endereço eletrônico do IEP, na área do candidato, na página do Concurso Público.

19.5. As respostas aos recursos serão disponibilizadas, na área restrita do candidato, na data prevista no cronograma deste Edital.

19.6. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será liminarmente indeferido.

21.6.1. Não será admitido envio de documentos na interposição dos recursos, salvo disposição expressa contrária.

19.7. Nos casos de recursos contra questões de provas e gabaritos, o candidato deverá apresentar a fundamentação referente apenas à questão e acrescentar indicação da bibliografia pesquisada pelo candidato para fundamentar seu questionamento.

19.8. Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada evento referido no item 21.2 deste Edital, exceto para as questões da Prova Objetiva.

19.9. Admitir-se-á um único recurso por questão da Prova Objetiva para cada candidato, relativamente ao gabarito preliminar divulgado, não sendo aceitos recursos coletivos.

19.10. Na hipótese de alteração do gabarito preliminar por força de provimento de algum recurso, as provas objetivas serão recorrigidas de acordo com o novo gabarito.

19.11. Se da análise do recurso, pelo IEP, resultar anulação de questão(ões) ou alteração de gabarito da Prova Objetiva, o resultado da mesma será recalculado de acordo com o novo gabarito.

19.12. No caso de anulação de questão(ões) da Prova Objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.

19.13. Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar-se a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá acarretar desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para a aprovação.

19.14. Será disponibilizada aos demais candidatos a informação quando houver alteração ou anulação de questão, pelo endereço eletrônico do IEP.

19.15. Serão indeferidos os recursos que:

- a) não estiverem devidamente fundamentados;
- b) não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;
- c) estiverem em desacordo com as especificações contidas neste Edital;
- d) forem apresentados fora do prazo estabelecido;
- e) apresentarem no corpo da fundamentação outros objetos que não correspondem a modalidade do recurso selecionado;
- f) apresentarem contra terceiros;
- g) apresentarem em coletivo;
- h) cujo teor seja desrespeitoso;
- i) encaminhados por qualquer meio diferente daquele estabelecido no item 21.4

19.16. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo.

20. DA HOMOLOGAÇÃO, CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO

20.1. O resultado final será homologado pela **Prefeitura Municipal de Catende/PE** mediante publicação no Diário Oficial.

20.2. A convocação obedecerá à ordem de classificação dos candidatos desde que considerados aptos na verificação dos requisitos exigidos para participação no Concurso Público e para o exercício do cargo/formação, bem como, em inspeção médica a ser realizada por órgão médico competente estabelecido pela **Prefeitura Municipal de Catende/PE**.

20.3. A nomeação dos candidatos aprovados no concurso público respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas.

20.4. A ordem de convocação das vagas reservadas às pessoas com deficiência seguirá da seguinte forma: a primeira vaga destinada a pessoa com deficiência será a 5ª vaga, no caso de mais vagas, as reservas seguintes corresponderão à 20ª vaga, 40ª vaga e assim sucessivamente.

20.5. Caso o candidato PcD tenha direito à mesma posição de vaga reservada, os critérios de desempate estipulados neste edital deverão ser aplicados, restando o direito de classificação do candidato.

20.6. Na hipótese de não haver candidatos aprovados em número suficiente para ocupar suas respectivas vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação, quando da contratação.

20.7. A **Prefeitura Municipal de Catende/PE** reserva-se ao direito de proceder às convocações, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e até o número de vagas ofertadas neste Edital, restando claro que a aprovação no Concurso Público acima do número de vagas expressa deste edital, assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da **Prefeitura Municipal de Catende/PE**, da rigorosa ordem de classificação, da existência de futuras vagas e do prazo de validade do concurso.

20.8. A aprovação em cadastro de reserva não assegura direito subjetivo à nomeação, constituindo mera expectativa de direito, caso surjam vagas durante a validade do certame, observadas as necessidades e a conveniência da Administração Pública, em consonância com a legislação vigente e a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores.

20.9. O candidato convocado, além de cumprir os requisitos do cargo, deverá realizar a entrega de documentos físicos

e/ou digitais originais, conforme estabelecer a Convocação expedida pela **Prefeitura Municipal de Catende/PE**.

20.10. Conforme Art. 13 da Lei Federal nº 8.429/1992, a posse e o exercício de agente público ficam condicionado à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

20.11. O candidato que não atender à convocação para a nomeação e posse, no prazo a ser oportunamente divulgado pela **Prefeitura Municipal de Catende/PE** será automaticamente excluído do concurso público.

20.12. O candidato não poderá alegar desconhecimento da publicação de convocação, sendo de sua inteira responsabilidade, inclusive, acompanhar os atos convocatórios publicados após a homologação do resultado final do concurso, durante toda validade deste concurso público, realizadas pela **Prefeitura Municipal de Catende/PE**, em seu sítio eletrônico e/ou diário oficial.

20.13. É responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados no departamento de Recursos Humanos da **Prefeitura Municipal de Catende/PE** até que se expire o prazo de validade do Concurso Público, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, quando for convocado, perder o prazo para nomeação, caso não seja localizado.

21. DOS ENVIOS ELETRÔNICOS DE DOCUMENTOS

21.1. Todos os envios eletrônicos de documentos, em qualquer fase/etapa do Concurso Público seguirão o disposto neste tópico.

21.2. Somente serão aceitos arquivos no formato PDF, na seguinte forma:

- a) cada documento deverá ser enviado em seu campo específico, conforme dispuser o formulário;
- b) o tamanho máximo de cada arquivo é de 10 MB (dez megabytes);
- c) as cópias dos documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a análise da documentação com clareza;
- d) documentos que possuam frente e verso deverão ser enviados ambos os lados;
- e) é de inteira responsabilidade do candidato verificar se os documentos carregados na tela estão corretos;
- f) não serão considerados e analisados os documentos que não pertencem ao candidato e/ou com rasuras ou proveniente de arquivo corrompido e/ou protegidos por senha.

21.3. Não serão considerados válidos documentos apresentados de forma diferente daquela descrita nesse tópico, como por exemplo: por via postal, correio eletrônico ou entregues no dia de aplicação das provas, mesmo que estejam em conformidade com o estabelecido neste Edital.

21.4. As digitalizações ilegíveis ou parciais serão desconsideradas, não sendo objeto de avaliação.

21.5. No ato do cadastro dos documentos no sistema, é indispensável o preenchimento correto dos campos indicados como “obrigatórios”, quando houver, sendo as informações prestadas utilizadas para identificação/conferência do documento correspondente.

21.6. Os documentos originais enviados pelo candidato deverão ser guardados pelo mesmo para que posteriormente, quando solicitado pelo IEP ou pela Prefeitura Municipal de **Catende/PE**, possam ser conferidos com aqueles enviados pelo sistema.

21.7. Documentos nato-digitais poderão ser assinados eletronicamente, desde que assinatura seja classificada como qualificada, utilizando certificado digital, na forma da Lei Federal nº 14.063/2020.

21.8. Se for comprovadamente falsa a declaração e/ou documentação, além da sujeição às sanções civis, administrativas e criminais, serão considerados nulos, em relação ao declarante, todos os atos praticados posteriormente a ela no Concurso Público.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A inscrição do candidato implicará na concordância plena e integral com todos os termos deste edital e seus anexos.

22.2. A validade do concurso público será de **02 (dois) anos**, podendo ser prorrogável uma única vez por igual período.

22.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados oficiais referentes a este Concurso Público, divulgados no Diário Oficial e/ou no endereço eletrônico do **IEP**.

22.4. Correrão por conta exclusiva do candidato quaisquer despesas com documentação, interposição de recurso, material, exames laboratoriais, laudos médicos ou técnicos, atestados, deslocamentos, viagem, alimentação, estadia e outras decorrentes de sua participação no Concurso Público.

22.5. O candidato, mesmo aquele amparado pela Lei Federal nº 10.826/2003, ao fazer sua inscrição, aceita que no dia da realização das provas/etapas, não será permitido a sua entrada ou permanência no local de prova portando arma(s), sob pena de eliminação do certame.

22.6. Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar e acompanhar rigorosamente as publicações a serem divulgadas no site do **IEP**.

22.7. A qualquer tempo poderá ser anulada a inscrição, prova e/ou tornada sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados a este Concurso Público, quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições,

irregularidade de documentos, ou ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

22.8. Comprovada a inexatidão ou irregularidades descritas no item anterior, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica de acordo com o art. 299 do Código Penal.

22.9. Não serão fornecidos atestados, cópias de documentos, certificados ou certidões relativamente às notas de candidatos eliminados, bem como, não serão devolvidos documentos entregues em qualquer fase deste certame.

22.10. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso Público.

22.11. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pelo IEP e pela **Prefeitura Municipal de Catende/PE**, no que a cada um couber.

Catende/PE, 15 de DEZEMBRO de 2025.

Gracina Maria Ramos Braz da Silva
Prefeita

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2025 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

EVENTO	DATA PREVISTA
Publicação do Edital de Abertura	15/12/2025
Impugnações contra o Edital	16/12/2025 a 17/12/2025
Resultado das impugnações contra o Edital	19/12/2025
Período de Inscrições	15/12/2025 a 05/01/2026
Solicitação de atendimento especial para prova	15/12/2025 a 05/01/2026
Solicitação de isenção da taxa de inscrição	16/12/2025 a 17/12/2025 Das 08 horas do primeiro dia até às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição	22/12/2025
Recursos contra o resultado da solicitação de isenção da taxa de inscrição	23/12/2025 e 24/12/2025
Resultado dos recursos contra resultado da solicitação de isenção da taxa de inscrição	29/12/2025
Data limite para pagamento da taxa de inscrição	06/01/2026
Divulgação das inscrições deferidas	16/01/2026
Resultado das solicitações de atendimento especial para prova	05/01/2026
Homologação das inscrições deferidas	23/01/2026
Divulgação de informações e locais para a realização da prova objetiva	23/02/2026
Realização da prova objetiva	01/03/2026
Divulgação de gabarito preliminar	01/03/2026
Recursos contra o gabarito preliminar	02/03/2026 e 03/03/2026
Resultado dos recursos contra o gabarito preliminar	13/03/2026
Resultado preliminar da prova objetiva	16/03/2026
Recursos contra o resultado preliminar da prova objetiva	17/03/2026 e 18/03/2026 Das 08 horas do primeiro dia até às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Resultado dos recursos contra o resultado preliminar da prova objetiva	23/03/2026
Resultado Final da Prova Objetiva Pós recursos	27/03/2026
Período para envio de Títulos	30/03/2026 a 31/03/2026 Das 08 horas do primeiro dia até às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Resultado da Prova de Títulos	10/04/2026
Recurso contra o resultado da Prova de Títulos	13/04/2026 e 14/04/2026 Das 08 horas do primeiro dia até às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Resultado dos recursos da Prova de Títulos	20/04/2026
Homologação do Resultado Final	23/04/2026
Homologação do Concurso Público	27/04/2026

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA

Fonética, Fonologia, Ortografia, Divisão Silábica, Acentuação, estrutura e Formação das Palavras, Substantivo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição e Conjunção, Interjeição, Sintaxe, Termos essenciais da Oração, Termos Integrantes da Oração, Termos Acessórios da Oração e Vocativo, Orações Subordinadas Substantivas, Orações Subordinadas Adjetivas, Orações Subordinadas Adverbiais, Concordância Verbal e Nominal, Regência Verbal e Nominal, Problemas Gerais da Língua Culta, Uso do Hífen, Significação das Palavras, Pontuação, Semântica, estilística, Funções da Linguagem, Leitura e Interpretação Textual.

CONHECIMENTOS REGIONAIS

História do Município de Catende: processo de formação histórica, emancipação política e administrativa, ciclos econômicos, com destaque para a cultura canavieira e a Usina Catende. Aspectos geográficos: localização, limites territoriais, relevo, hidrografia, clima, vegetação e características ambientais do município. Aspectos demográficos e socioeconômicos: população, indicadores sociais, atividades econômicas predominantes e organização urbana e rural. Patrimônio histórico, cultural e turístico de Catende: manifestações culturais, festas tradicionais, bens materiais e imateriais. Organização político-administrativa do Município: estrutura do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipal, competências constitucionais do município. Símbolos municipais: bandeira, brasão e hino. Serviços públicos municipais e políticas públicas locais.

ATUALIDADES

Temas relevantes da atualidade de âmbito local, regional, nacional e internacional, envolvendo política, economia, sociedade, educação, saúde, meio ambiente, ciência, tecnologia, cultura e cidadania, amplamente divulgados pelos meios de comunicação.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, MÉDIO/TÉCNICO E SUPERIOR (EXCETO PARA CARGO DE ADVOGADO)

LÍNGUA PORTUGUESA

Fonética, Fonologia, Ortografia, Divisão Silábica, Acentuação, estrutura e Formação das Palavras, Substantivo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição e Conjunção, Interjeição, Sintaxe, Termos essenciais da Oração, Termos Integrantes da Oração, Termos Acessórios da Oração e Vocativo, Orações Subordinadas Substantivas, Orações Subordinadas Adjetivas, Orações Subordinadas Adverbiais, Concordância Verbal e Nominal, Regência Verbal e Nominal, Problemas Gerais da Língua Culta, Uso do Hífen, Significação das Palavras, Pontuação, Semântica, estilística, Funções da Linguagem, Leitura e Interpretação Textual.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Aritmética, Álgebra: Conjuntos Numéricos, Equações, Equações Algébricas, Funções, Sistemas Lineares, Progressões, Análise Combinatória, Probabilidade e Estatística, Matemática Financeira, Trigonometria, Geometria: Plana, Espacial e Analítica. Conceitos iniciais, Importância e aplicações, Tipos de raciocínio. Proposições simples e compostas, Conectivos lógicos, Tabelas-verdade, Negação, Condicional, Bicondicional. Leis de Morgan, Tautologia, Contradição, Contingência. Modus ponens, Modus tollens, Silogismo. Universal e existencial, Negativa de quantificadores, Uso dos quantificadores em proposições matemáticas.

CONHECIMENTOS REGIONAIS

História do Município de Catende: processo de formação histórica, emancipação política e administrativa, ciclos econômicos, com destaque para a cultura canavieira e a Usina Catende. Aspectos geográficos: localização, limites territoriais, relevo, hidrografia, clima, vegetação e características ambientais do município. Aspectos demográficos e socioeconômicos: população, indicadores sociais, atividades econômicas predominantes e organização urbana e rural. Patrimônio histórico, cultural e turístico de Catende: manifestações culturais, festas tradicionais, bens materiais e imateriais. Organização político-administrativa do Município: estrutura do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipal, competências constitucionais do município. Símbolos municipais: bandeira, brasão e hino. Serviços públicos municipais e políticas públicas locais.

INFORMÁTICA

FUNDAMENTOS DE INFORMÁTICA - Hardware e software, Sistema operacional Windows, Sistema operacional Linux, Redes de computadores. APLICAÇÕES DE ESCRITÓRIO - Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Outlook), Google Workspace (Docs, Sheets, Slides, Gmail), LibreOffice (Writer, Calc, Impress). SISTEMAS OPERACIONAIS - Instalação e configuração de sistemas operacionais, Administração de sistemas Windows e Linux, Gerenciamento de processos e memória. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - Antivírus e firewall, Backup e recuperação de dados, Políticas de segurança da informação. SUPORTE TÉCNICO - Atendimento ao usuário, Resolução de problemas de hardware e software, Documentação técnica. LEGISLAÇÃO – Ética, Direitos autorais, Privacidade e proteção de dados pessoais.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos): princípios, objetivos, modalidades de licitação, critérios de julgamento, fases do processo licitatório, contratação direta (dispensa e inexigibilidade), planejamento das contratações, estudos técnicos preliminares, termo de referência, pesquisa de preços, gestão e fiscalização de contratos, sanções administrativas. Papel, atribuições e responsabilidades do agente de contratação. Governança, segregação de funções, controle interno e transparência. Noções de ética na administração pública.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Noções de Administração Pública e organização administrativa. Atos administrativos. Serviços públicos. Rotinas administrativas. Arquivologia: conceitos básicos, classificação, organização, conservação e tramitação de documentos. Atendimento ao público. Redação oficial. Noções de informática: sistemas operacionais, editores de texto, planilhas eletrônicas, correio eletrônico e navegação na internet. Ética e postura profissional no serviço público.

ELETRICISTA

Noções de eletricidade básica: corrente elétrica, tensão, resistência, potência, circuitos elétricos. Leitura e interpretação de esquemas elétricos. Instalações elétricas prediais e públicas. Sistemas de iluminação. Manutenção preventiva e corretiva. Normas técnicas aplicáveis, especialmente NR-10. Equipamentos de proteção individual e coletiva. Segurança no trabalho. Noções de primeiros socorros aplicados a acidentes elétricos.

GUARDA MUNICIPAL

Legislação aplicada à Guarda Municipal (Lei nº 13.022/2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais). Noções de direito constitucional: segurança pública, direitos e garantias fundamentais. Noções de direito administrativo: poder de polícia administrativa. Ética, cidadania e direitos humanos. Uso progressivo da força. Noções de trânsito (CTB). Noções de primeiros socorros. Procedimentos operacionais básicos. Relações interpessoais e atendimento ao público.

MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR

Código de Trânsito Brasileiro: normas gerais de circulação e conduta, infrações, penalidades e sinalização. Regras específicas para transporte escolar. Direção defensiva. Noções de mecânica básica e manutenção preventiva de veículos. Segurança no transporte de estudantes. Conduta ética e responsabilidade do condutor. Noções de primeiros socorros. Cuidados com o veículo e com os passageiros.

MOTORISTA

Código de Trânsito Brasileiro. Direção defensiva. Normas de circulação e sinalização. Noções de mecânica básica e manutenção preventiva. Segurança no transporte de pessoas e materiais. Responsabilidades do condutor. Ética profissional. Noções de primeiros socorros. Conservação e uso adequado dos veículos oficiais.

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Operação e manutenção básica de máquinas pesadas (retroescavadeira, patrola, pá carregadeira, tratores e similares). Noções de mecânica básica. Leitura de painéis e comandos. Segurança na operação de máquinas. Normas de segurança do trabalho. Inspeção diária e manutenção preventiva. Procedimentos operacionais. Uso adequado de equipamentos de proteção individual. Noções de primeiros socorros.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONISTA

Fundamentos de Enfermagem. Ética e legislação profissional de Enfermagem (Lei nº 7.498/1986 e Código de Ética). Organização dos serviços de saúde. Rotinas e atribuições do Técnico em Enfermagem. Assistência de enfermagem em situações de urgência e emergência. Sinais vitais e controle hídrico. Administração de medicamentos: vias, cálculo de dosagem, diluições e cuidados. Biossegurança e controle de infecção. Higienização das mãos. Prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde. Cuidados com o paciente em regime de plantão. Atendimento humanizado. Noções de primeiros socorros. Registro e documentação em Enfermagem.

TÉCNICO EM ANÁLISE CLÍNICAS

Noções de laboratório clínico. Ética e biossegurança em laboratório. Coleta, identificação, acondicionamento e transporte de amostras biológicas. Preparo de materiais e reagentes. Técnicas básicas de análises clínicas. Hematologia, bioquímica clínica, imunologia, microbiologia e parasitologia básicas. Controle de qualidade em laboratório clínico. Descarte de resíduos de serviços de saúde. Noções de equipamentos laboratoriais. Normas de segurança e prevenção de riscos biológicos. Registros e organização do ambiente laboratorial.

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Administração Pública: direta e indireta. Controle interno e externo. Sistemas de controle na Constituição Federal (arts. 70 a 75). Tribunal de Contas. Lei nº 4.320/1964: orçamento, receita, despesa, créditos adicionais, balanços públicos. Lei Complementar nº 101/2000 (LRF): princípios, limites, metas fiscais, despesa com pessoal, endividamento, renúncia de receita, transparência. Auditoria governamental: tipos, procedimentos e relatórios. Controle patrimonial. Tomada e prestação de contas. Responsabilidade administrativa, civil e penal. Lei de Acesso à Informação. Governança, compliance e gestão de riscos no setor público.

ASSISTENTE SOCIAL

Fundamentos históricos do Serviço Social. Teorias e métodos do Serviço Social. Projeto ético-político profissional. Código de Ética (CFESS). Lei nº 8.662/1993. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). SUAS: níveis de proteção, serviços, programas e benefícios. Seguridade Social. Política de Saúde (SUS). Política da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Trabalho social com famílias. Elaboração de pareceres, laudos e relatórios sociais. Interdisciplinaridade e trabalho em rede.

BIOMÉDICO

Fundamentos de Biomedicina. Patologia clínica. Hematologia clínica. Bioquímica clínica. Microbiologia e parasitologia. Imunologia clínica. Biossegurança e controle de infecção. Coleta, conservação e transporte de amostras. Controle interno e externo de qualidade. Equipamentos laboratoriais. Ética e legislação profissional. Vigilância sanitária e epidemiológica. Diagnóstico laboratorial e interpretação básica de exames.

CONTADOR

Contabilidade geral. Contabilidade pública (CASP). MCASP. Plano de contas aplicado ao setor público. Orçamento público. Receita e despesa orçamentária. Restos a pagar. Créditos adicionais. Patrimônio público. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. LRF. Controle interno e externo. Auditoria contábil. Responsabilidade fiscal. Ética profissional.

DENTISTA AMBULATORIAL

Saúde bucal coletiva. Políticas públicas de saúde bucal. Diagnóstico clínico odontológico. Cariologia. Periodontia básica. Endodontia básica. Urgências odontológicas. Biossegurança. Controle de infecção cruzada. Atendimento ambulatorial. Ética e legislação odontológica. Organização dos serviços de saúde bucal no SUS.

ENFERMEIRO PLANTONISTA

Fundamentos de Enfermagem. Ética e legislação profissional. Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). Assistência em urgência e emergência. Cuidados ao paciente crítico. Administração de medicamentos. Cálculo de dosagens. Controle de infecção hospitalar. Biossegurança. Humanização da assistência. Registros e documentação de enfermagem. Gestão do cuidado em regime de plantão.

FISIOTERAPEUTA

Fundamentos da Fisioterapia. Avaliação cinético-funcional. Fisioterapia ortopédica, neurológica, cardiorrespiratória e traumato-ortopédica. Recursos terapêuticos manuais e eletrotermofototerapia. Reabilitação funcional. Ergonomia. Fisioterapia em saúde coletiva. Ética e legislação profissional.

FONOAUDIÓLOGO

Fundamentos da Fonoaudiologia. Aquisição e desenvolvimento da linguagem. Transtornos da linguagem oral e escrita. Audiologia clínica e educacional. Motricidade orofacial. Voz. Deglutição. Avaliação e intervenção fonoaudiológica. Atuação no SUS. Ética e legislação profissional.

NUTRICIONISTA

Nutrição básica. Avaliação nutricional. Dietoterapia. Nutrição clínica. Alimentação coletiva. Segurança alimentar e nutricional. Políticas públicas de alimentação e nutrição. Vigilância sanitária de alimentos. Educação alimentar e nutricional. Ética profissional. Atuação no SUS.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Fundamentos da Educação. LDB. BNCC. Desenvolvimento infantil. Alfabetização e letramento. Matemática nos anos iniciais. Avaliação da aprendizagem. Planejamento pedagógico. Educação inclusiva. Práticas pedagógicas interdisciplinares. Gestão da sala de aula.

Ciências Naturais no Ensino Fundamental. BNCC e competências específicas da área. Vida e evolução. Ecologia e meio ambiente. Corpo humano: sistemas, saúde e prevenção de doenças. Matéria e energia: estados físicos, transformações químicas e físicas. Terra e Universo. Educação ambiental. Alfabetização científica. Metodologias do ensino de Ciências. Experimentação científica na escola. Avaliação da aprendizagem em Ciências. Práticas interdisciplinares.

PROFESSOR DE LETRAS (LÍNGUA PORTUGUESA)

Linguagem, língua e discurso. Fonética e fonologia. Morfologia. Sintaxe do período simples e composto. Semântica e pragmática. Ortografia oficial e acentuação gráfica. Pontuação. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Variação linguística. Gêneros textuais. Leitura, interpretação e produção de textos. Literatura brasileira e portuguesa. BNCC e ensino de Língua Portuguesa. Metodologias e avaliação em Língua Portuguesa.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Educação Física escolar e BNCC. Corpo, movimento e cultura corporal. Jogos, esportes, danças, lutas e ginásticas. Desenvolvimento motor. Aprendizagem motora. Avaliação em Educação Física escolar. Inclusão e adaptação de atividades físicas. Educação Física e saúde. Primeiros socorros no ambiente escolar. Planejamento e organização das aulas. Ética e responsabilidade profissional.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Geografia física: relevo, clima, hidrografia, vegetação e solos. Geografia humana: população, urbanização, industrialização e globalização. Cartografia básica. Espaço geográfico e território. Geopolítica mundial e regional. Meio ambiente e sustentabilidade. Geografia do Brasil. BNCC e ensino de Geografia. Metodologias do ensino de Geografia. Avaliação da aprendizagem.

PROFESSOR DE HISTÓRIA

História geral: Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. História do Brasil: períodos colonial, imperial e republicano. História da África e dos povos indígenas. Cultura, sociedade e cidadania. Movimentos sociais. Consciência histórica. BNCC e ensino de História. Metodologias do ensino de História. Uso de fontes históricas. Avaliação da aprendizagem.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Números e operações. Conjuntos numéricos. Álgebra básica. Funções. Equações e inequações. Geometria plana e espacial. Grandezas e medidas. Estatística e probabilidade. Resolução de problemas. Raciocínio lógico-matemático. BNCC e ensino de Matemática. Metodologias do ensino de Matemática. Avaliação da aprendizagem.

PSICÓLOGO

Fundamentos da Psicologia. Psicologia social, clínica e institucional. Avaliação psicológica. Saúde mental. Psicologia do desenvolvimento. Psicologia organizacional. Políticas públicas de saúde e assistência social. Ética profissional. Intervenção psicológica em contextos coletivos.

PSICOPEDAGOGO

Fundamentos da Psicopedagogia. Processos cognitivos e aprendizagem. Dificuldades e transtornos de aprendizagem. Avaliação psicopedagógica. Intervenção institucional. Educação inclusiva. Relação escola–família. Ética profissional.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Fundamentos da Terapia Ocupacional. Avaliação funcional. Reabilitação física e psicossocial. Atividades terapêuticas. Inclusão social. Tecnologia assistiva. Atuação em saúde pública. Ética profissional.

MÉDICO VETERINÁRIO

Clínica veterinária básica. Saúde animal. Zoonoses. Vigilância sanitária. Inspeção de produtos de origem animal. Saúde pública veterinária. Epidemiologia. Bem-estar animal. Ética e legislação profissional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ADVOGADO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos. Tipologia e gêneros textuais. Coesão e coerência textuais. Semântica: significação das palavras, sinonímia, antonímia, polissemia e ambiguidade. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Classes de palavras e seus empregos. Flexão nominal e verbal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal. Sintaxe do período simples e do período composto. Vozes verbais. Redação oficial. Adequação linguística ao contexto jurídico-administrativo.

Direito Constitucional

Constituição: conceito, classificação e princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Administração Pública. Poderes da União. Controle de constitucionalidade. Processo legislativo. Ordem social. Funções essenciais à Justiça.

Direito Administrativo

Administração Pública direta e indireta. Atos administrativos. Poderes administrativos. Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021). Controle da Administração Pública. Responsabilidade civil do Estado. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992). Processo administrativo. Serviços públicos. Bens públicos.

Direito Civil

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Pessoas naturais e jurídicas. Bens. Fatos jurídicos. Atos e negócios jurídicos. Obrigações. Contratos. Responsabilidade civil. Prescrição e decadência. Direitos reais. Sucessões.

Direito Processual Civil

Princípios do processo civil. Jurisdição e competência. Partes e procuradores. Atos processuais. Tutela provisória. Processo de conhecimento. Recursos. Execução. Cumprimento de sentença. Processo nos tribunais. Meios de impugnação das decisões judiciais.

Direito Penal

Princípios do Direito Penal. Aplicação da lei penal. Tipicidade, ilicitude e culpabilidade. Concurso de pessoas. Penas. Crimes contra a Administração Pública. Extinção da punibilidade.

Direito Processual Penal

Princípios do processo penal. Inquérito policial. Ação penal. Jurisdição e competência. Provas. Prisões, medidas cautelares e liberdade provisória. Procedimento comum e procedimentos especiais. Recursos.

Direito do Trabalho

Princípios do Direito do Trabalho. Relação de emprego. Contrato de trabalho. Direitos trabalhistas. Jornada de trabalho. Remuneração. Rescisão do contrato de trabalho. Estabilidade. Segurança e saúde do trabalho.

Direito Processual do Trabalho

Organização da Justiça do Trabalho. Competência. Reclamação trabalhista. Audiência. Provas. Sentença. Recursos trabalhistas. Execução trabalhista.

Direito Tributário

Sistema Tributário Nacional. Espécies tributárias. Competência tributária. Obrigação tributária. Crédito tributário. Lançamento. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Tributos municipais. Processo administrativo tributário.

Direito Financeiro e Orçamentário

Orçamento público. Receita e despesa públicas. Lei nº 4.320/1964. Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Créditos adicionais. Controle e fiscalização financeira.

Ética Profissional

Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994). Código de Ética e Disciplina da OAB. Prerrogativas do advogado. Deveres e infrações disciplinares.

PCI Concursos